

# A CIVILIZAÇÃO DA JUTA NA AMAZÔNIA - EXPANSÃO E DECLÍNIO

Alfredo Kingo Oyama Homma, D.Sc.<sup>1</sup>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica da economia jutícola na Amazônia, decorrente de sua introdução pelos imigrantes japoneses na década de 30. Aproveitando a mão-de-obra liberada dos seringueiros e do mercado disponível, esta cultura teve rápida expansão nas várzeas do rio Amazonas, levando o Brasil a atingir auto-suficiência no início da década de 50. O aparecimento de sucedâneos sintéticos, o transporte a granel e, principalmente, as modificações na economia regional e nacional, levaram esta atividade altamente intensiva em mão-de-obra, a perder a sua competitividade frente a outras alternativas. Estas transformações culminaram na estagnação e declínio, depois de seis décadas de sua introdução.

Termos para indexação: juta, malva, desenvolvimento agrícola, Amazônia

## THE JUTE CIVILIZATION IN AMAZON: EXPANSION AND DECLINE

ABSTRACT: This paper analyses the dynamics of the jute economy in the Amazon, arising out of its introduction by Japanese immigrants in the thirties. Taking advantage of labour freed from the rubber economy and disposable jute market, this crop expanded rapidly in the floodplain of the Amazon river, taking Brazil to self-sufficiency in the beginning of the fifties. The appearance of synthetic fibres, bulk transport and, principally, the modification of the regional and national economies, led this highly labour-intensive activity, to lose its competitiveness in the face of other alternatives. These transformations culminated in its stagnation and decline six decades from its introduction.

Index terms: jute, malva, agricultural development, Amazonia

<sup>1</sup>Pesquisador do Centro de Pesquisa Agroflorestral da Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48 CEP, 66095-100, Belém, Pará.

In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA  
E SOCIOLOGIA RURAL, 22., 1990, Goi-  
ânia. Anais... Brasília: CEBRA, 509  
1990. 1 v. p. 007-031

# A CIVILIZAÇÃO DA JUTA NA AMAZÔNIA- EXPANSÃO E DECLÍNIO

Alfredo Kíngo Oyama Homma, D.Sc.<sup>1</sup>

## 1-INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade analisar a dinâmica da economia júticola na Amazônia. A introdução da juta provocou grandes transformações no cenário econômico, social e político da região e foi também por ela influenciada, de maneira endógena e exógena, fora do controle do produtor. O conhecimento dessa experiência é importante para se entender o processo de desenvolvimento agrícola da região e do resgate da história de um ciclo econômico, social e político. A regra geral é que quando as atividades econômicas começam a entrar em estagnação ou em declínio, decrescem também o interesse pela pesquisa para analisar essas causas.

A introdução da juta moldou a agricultura da várzea na Amazônia, passando a constituir parte integrante dos recursos naturais da região. O ponto básico da escolha desta cultura foi a semelhança com que o cultivo era conduzido na Índia, às margens dos rios Ganges e Brahmaputra e a possibilidade de ser introduzida nas várzeas do rio Amazonas. Compondo novo tipo característico, o juteiro ou o malveiro tornou-se uma atividade exclusiva de pequenos produtores, ao contrário de propriedades de seringais/castanhais que concentram-se em poucas mãos, tem nos varais de secagem de fibras, a característica identificadora de sua presença.

A imigração japonesa na Amazônia está associada com a introdução da juta e da pimenta-do-reino, entre outras culturas. Este esforço da imigração japonesa na Amazônia mostrou a primeira tentativa do capital japonês em tirar proveito dos recursos naturais antes da II Guerra Mundial, que se consubstanciou na década de 70 com os investimentos na área mineral.

## 2-TENTATIVAS DE PRODUÇÃO DE JUTA NO BRASIL

Desde o início deste século foram realizadas várias tentativas visando a introdução de juta no Brasil. As primeiras experiências foram feitas no Estado de São Paulo em 1902, com vistas a atender a demanda de sacaria para as exportações de café. Para suprir essa demanda de sacaria, existia um parque de anlagem dependente de grandes importações da juta indiana. Com o sucesso da aclimação da juta nos Estados do Amazonas e do Pará,

---

<sup>1</sup>Pesquisador do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, Caixa Postal, 43 CEP, 66095-100, Belém,Pará.

vários Estados tentaram introduzir esta cultura, destacando-se Espírito Santo (1942), Minas Gerais, Maranhão (1953), Amapá, Goiás, Rondônia, Mato Grosso, Rio de Janeiro (1944), Pernambuco (1949), Alagoas, dentre os principais. A presença de cursos de água e de mão-de-obra barata foram as condicionantes para estas introduções. Destes, somente os Estados do Espírito Santo (1945:1955) e Amapá (1952/1955) chegaram a produzir uma pequena quantidade para depois também abandonar essa lavoura, pelo desvio de mão-de-obra para outras atividades e dificuldades para maceração.

Com o agravamento da crise da economia júticola, durante a década de 80, industriais paulistas chegaram a aventar a possibilidade do cultivo da malva e da juta no vale do Paraíba, para atender à demanda de fibra e pela proximidade das fábricas de beneficiamento. A Universidade de Taubaté, estimulada pela Companhia de Juta de Taubaté, que foi uma das pioneiras na comercialização da juta na Amazônia, dominando no período de 1943-1947, chegou inclusive a desenvolver diversos experimentos com a cultura da malva, com o objetivo de utilizar áreas impróprias para agricultura e na produção agrícola sujeitas a problemas de furtos, como fruteiras, por exemplo.

### 3-EXPANSÃO DA JUTA NAS VÁRZEAS AMAZÔNICAS

Apesar da cultura da juta ser uma planta exótica, com processos de produção totalmente desconhecidos, teve rápida expansão pelos ribeirinhos, absorvendo a tecnologia desenvolvida pelos japoneses. Os preços favoráveis e a existência de mercado foram as condicionantes desta rápida expansão, para uma época em que não existia, por exemplo, o serviço de extensão rural, que foi criado somente no final da década de 60.

O sucesso da cultura da juta, demonstrou que desde que haja mercado, preços favoráveis e tecnologia disponível, os pequenos produtores não são avessos a inovações. A expansão dessa lavoura permitiu a primeira articulação econômica entre o norte e o sul do Brasil e o início do processo de industrialização na Amazônia.

Na primeira fase, a difusão dos plantios esteve a cargo da Companhia Industrial Amazonense S/A (CIA), responsável pela imigração, de capital japonês, fundado com a viabilização da cultura da juta, que manteve domínio na comercialização de fibra no período 1937-1942. A expansão dos plantios de juta nesse período era basicamente dos colonos japoneses, com o assalariamento de brasileiros. Com a eclosão da II Guerra Mundial, os bens da CIA foram confiscados pelo governo brasileiro e leiloados, sendo adquirido pela empresa J.G. Araujo Jorge.

A II Guerra Mundial, apesar de ter provocado o desmantelamento do processo de produção dos colonos japoneses, ao impossibilitar a importação de juta indiana favoreceu a dinamização dos plantios de juta na Amazônia, bem como a busca de outros substitutos. No pós-guerra, a divisão da Índia em 1947, criou certo receio entre os empresários quanto a necessidade de ampliação da produção nacional. Este esforço levou o Brasil a atingir a auto-suficiência em 1952, com a produção de juta e malva, que foi quebrada em 1970, com a volta das importações (Tabela 1).

Em certo sentido, esta expansão foi favorecido pelo vacuo da economia do extrativismo da seringueira, criando um excedente de mão-de-obra liberada dos seringais e aproveitando-se do sistema de aviamento já estruturado, que seria rompido somente na década de 60 com a democratização do crédito rural, introduzido pelo serviço de extensão rural.

#### 4-VALORIZAÇÃO DA MALVA: EXTRATIVISMO E DOMESTICAÇÃO

Um dos efeitos da introdução da cultura da juta foi a valorização da malva para produção de fibra, que existia como praga nas roças da Zona Bragantina, Guajarina e Salgado, no Estado do Pará, adaptado em solos de baixa fertilidade. Estes malvais surgiram como consequência da frente de expansão ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, construída no período 1883-1908 e, na década de 60, com a construção da rodovia Belém-Brasília. Dessa forma, expandiu-se o extrativismo da malva, aproveitando-se os estoques de malvais nascidos espontaneamente, cuja extração cresceu até 1956, quando atingiu uma produção superior a 18.000 toneladas, para então apresentar uma tendência decrescente, levando ao processo de domesticação no Estado do Pará a partir de 1967 (Tabela 2). A valorização da malva no nordeste paraense, levou a deslocar as culturas do algodão e do fumo, por serem mais lucrativa, e mesmo de alguns produtos alimentares como a mandioca, afetando o abastecimento de farinha para a cidade de Belém, na década de 50.

Por ser uma cultura cuja produção ocorre depois da safra da juta, tinha seus preços condicionados de acordo com o volume de fibra de juta. A outra vantagem da expansão da malva é que por ser uma cultura cultivada em área de terra firme, estava livre das injunções das enchentes anuais do rio Amazonas, o que a produção de fibra de juta está sujeita, funcionava como reguladora da oferta e do preço de fibra. As enchentes anormais do rio Amazonas eram motivo de preocupação constante dos produtores e industriais de fibra de juta além de afetar na qualidade das mesmas.

Em 1971, a malva passou a ser cultivada nas várzeas altas do Estado do Amazonas, por iniciativa das indústrias de anagem, assinalando novo rumo para o desenvolvimento dessa atividade. Competindo com a juta chegou, em 1978 e 1982, a atingir o dobro da produção daquela fibra e, em 1983, o triplo, pelas maiores facilidades quanto a aquisição de sementes e da maior produtividade (Tabela 2). Na realidade, a introdução da malva, sócia perfeita da juta, constituiu-se na maior inovação tecnológica na produção de fibras. No nordeste paraense, o plantio da malva deixou de ser uma atividade dependente de estoques extrativos, passando a acompanhar as áreas de fronteira agrícola, integrado ao conjunto de atividades desenvolvidas pelo pequeno produtor. Dessa forma, após o corte da malva, efetuava-se o plantio da mandioca, do algodão ou do capim, como redutor do custo de implantação de pastagens.

Deve-se ressaltar que a produção da malva também foi afetada pela crise da juta e do próprio mecanismo de transformações econômicas, sociais e políticas no nordeste paraense. O paradoxo é que na fase final, dado ao desinteresse, a maior parte da pequena produção de malva ainda existente no nordeste paraense foi decorrente do aproveitamento de malvais espontâneos.

## 5-A QUESTÃO DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES DE JUTA

A lavoura de juta apresenta grande fragilidade, pelo fato da produção de fibra nas várzeas ser dependente da produção de sementes, esta produzida a partir da década de 40, nos municípios paraenses de Alenquer, Monte Alegre e Santarém, para depois concentrar exclusivamente no primeiro. A razão dos japoneses terem deslocado a produção de sementes de juta para as terras firmes de Alenquer, deve-se ao fato de que a produção de fibra nas áreas de várzeas não permite completar o ciclo vegetativo, uma vez que o corte das hastes coincide com as enchentes e com solos férteis daquele município.

A crise da juta sempre esteve relacionada com o descompasso no setor de produção de sementes de juta em Alenquer. Em época mais recente, as restrições ao desmatamento de floresta densa, a expansão das pastagens nas décadas de 70 e 80 para atender a pecuária, fizeram com que a produção de sementes ficasse colocada em plano secundário, bem como da própria lucratividade na produção de sementes. Outro aspecto foi a crise na produção de fibras reduzindo a demanda por semente.

Desta forma, a produção de sementes de juta constituiu-se no principal obstáculo desde a sua aclimação por Ryota Oyama em 1934. A princípio, os próprios japoneses faziam a produção de sementes de juta em áreas de terra firme, mesmo com grandes dificuldades. Deve-se destacar o esforço que a Associação Comercial do Amazonas levou a cabo a partir de 1940, além do Fomento Agrícola Federal do Amazonas e da Diretoria de Agricultura do Estado do Amazonas, passando depois para o então Instituto Agrônômico do Norte (IAN) em 1948 (Tabela 3). Com a entrada do IAN, pode-se afirmar que conseguiu garantir uma oferta de sementes, permitindo que essa cultura ganhasse uma rápida expansão. Antes da entrada do IAN, existia um mercado negro de sementes de juta, onde dominavam os interesses políticos e da venda inescrupulosa de sementes de “jutinhas”, representada por espécies de baixa altura e de plantas sem valor comercial.

A dependência das sementes de juta gerou diversos conflitos de natureza política ao longo do tempo, principalmente no Estado do Amazonas. O descompasso entre a vazante do rio Amazonas naquele Estado e a colheita de sementes de juta em Alenquer, criava sérios riscos quanto à produção de “juta de lama”, para aproveitar as várzeas descobertas, constituíam em constante foco de atrito entre produtores, comerciantes, industriais e governo. Outros aspectos relacionados com a baixa capacidade germinativa das sementes eram motivos de discórdia pelos prejuízos que provocava. O Estado do Amazonas, pelo fato de ser o maior consumidor, sempre entendeu que deveria ser auto-suficiente, colocando como solução a criação de campos de produção de sementes de juta. Durante o Governo João Valter de Andrade, nomeado pelo Presidente Médici, esta questão chegou ao nível máximo de pressão, desconhecendo-se o determinismo agrônômico, como se pudesse anexar o município de Alenquer ao Estado do Amazonas.

O cenário político da produção teve, portanto, ao longo da história, diversos desdobramentos. No Estado do Amazonas, a distribuição de sementes de juta sempre esteve a cargo da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, até o início da década de 70, quando foi rompido no Governo João Valter, que foi entregue a Secretaria de Produção Rural, onde se promoveu a distribuição gratuita de sementes de juta no período 1971-1974, com grandes desperdícios.

na região a volta do algodão durante a década de 70, a expansão dos pimentais, a expansão da pecuária, do atual ciclo da laranja, de maracujá e de culturas alimentares.

Em âmbito internacional, as transformações tecnológicas que se verificaram, sobretudo na década de 60, com a vulgarização das sacarias de plásticos, passaram a ter um grande concorrente. A indústria de sintéticos apresentava uma garantia de estabilidade de oferta, sacos mais leves e resistentes e mais baratos, com possibilidades de economia de escala. O progresso no setor de transporte a granel e armazenamento, retirou também a importância da necessidade de sacarias de juta e malva, bem como de outras fibras vegetais.

Outros eventos exógenos específicos, como o final da Guerra do Vietnã, tiraram também um substancial mercado de compra de sacos de juta pelas forças armadas americanas, para proteção de trincheiras.

As políticas regionais, como a criação dos incentivos fiscais durante o governo Castelo Branco, levando a transformação da SPVEA em SUDAM, do BCA em BASA e da criação da SUFRAMA, tiveram conseqüências diretas e indiretas que afetaram a economia da juta e malva na Amazônia.

A criação da Zona Franca de Manaus, ao atrair contingentes rurais em direção à cidade de Manaus, provocou grande sangria de mão-de-obra, antes dedicada à lavoura de juta. O próprio processo de transformação da sociedade brasileira, caminhando no sentido da urbanização, provocou conseqüências na subtração de mão-de-obra antes dedicado à produção de juta e malva. As políticas desenvolvimentistas, que passaram a concretizar na Amazônia, a partir da década de 70, como por exemplo, a abertura de grandes eixos rodoviários (Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Manaus-Porto Velho, Manaus-Boa Vista, entre os principais), criaram possibilidades de expansão da fronteira agrícola e, conseqüentemente, a drenagem de ribeirinhos em direção às áreas de terra firme. Essa mudança de opção, de uma "civilização da várzea" para uma "civilização de terra firme", sem dúvida trouxe conseqüências para as populações ribeirinhas, levando à estagnação da sua população e à queda na produção de fibras.

Outras obras de infra-estrutura, como a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a implantação do Programa Grande Carajás, a descoberta de garimpos de ouro, de projetos de extração da bauxita no rio Trombetas e de beneficiamento do alumínio e alumina em Barcarena, somente para citar os principais, criaram novas alternativas de emprego, provocando o deslocamento de mão-de-obra antes dedicada à produção de fibras de juta e de malva.

As transformações do mercado de mão-de-obra regional e a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, a partir de 1965, onde as vantagens trabalhistas passaram a ser uma exigência legal, tiveram como conseqüência tornar anti-econômica a produção de fibra de juta e malva, mediante pagamento de trabalho assalariado.

## 7-EVOLUÇÃO DAS PROPOSTAS PARA SOLUCIONAR A CRISE DE PRODUÇÃO

As propostas com vistas a solucionar os problemas da jiticultura apresentaram também uma dinâmica própria. Estas dependiam do grau de desconhecimento do problema

e da busca de uma solução unilateral favorecendo os empresários ligados à indústria de anagem e de lideranças empresariais e políticas da época.

Estas recomendações e reivindicações podem ser vistas, por exemplo, nos anais da II Conferência Nacional de Juta e Fibras Similares, realizada em 1947, em São Paulo, presidida pelo então Governador Adhemar de Barros e da III Conferência Nacional de Juta e Fibras Similares, realizada em 1952, em Belém, contando com a presença do Ministro da Agricultura João Cleofas, durante o Governo Vargas. O II Encontro da Juta na Amazônia, realizado em agosto de 1964, em Manaus, por exemplo, fez 76 recomendações.

O problema inicial estava relacionado com a demanda de semente para possibilitar a expansão dos plantios. Com a eclosão da II Guerra Mundial, este problema tornou-se mais complexo, em face da negligência com a qualidade das sementes, com o desativação da CIA e das atividades dos japoneses. Com isso proliferaram as "jutinhas" e de introduções irresponsáveis de semente de juta indiana promovendo a mistura. Este problema foi solucionado em 1948, com o início das atividades do IAN no processo de produção de sementes.

Apesar da existência de grande demanda de fibra de juta no país, existia uma luta surda nos bastidores, defendida pelos setores industriais e de lideranças políticas do sul do país, quanto a facilidade de continuar importando a juta indiana. A eclosão da II Guerra Mundial favoreceu a produção nacional e terminou levando à suficiência em 1952 e o início da industrialização da fibra na região em 1954. Mesmo assim, a pressão do setor industrial em favor das importações continuava, sob a argumentação quanto à falta de braços para conseguir acréscimos de produção de fibras e quanto à competição para a produção de alimentos.

Durante a década de 60, esteve muito em voga a preocupação da juta amazônica, frente à competição com os sintéticos, que passaram a dominar o mercado, onde admitia-se a extinção da lavoura da juta, a médio prazo. A tônica das reivindicações da classe empresarial estava ligada quanto à obrigatoriedade do uso de sacaria de juta para embalagem de café, cacau e açúcar. Este tema sempre tem retornado à tona, como uma das reivindicações das classes empresariais locais como medida de salvaguardar os interesses da produção de juta e malva. A SUDAM, em 1968, chegou a enviar o economista Ronaldo Bonfim para a Índia e o Japão, para analisar a competição dos sintéticos frente às sacarias de juta, tendo concluído que este perigo não era da gravidade que era colocado. A crise do petróleo, em 1973, mudou essa perspectiva e deu origem a considerações sobre o estímulo para a expansão da produção de fibra de juta.

Na década 70, os técnicos da CODEAMA, ACAR-Amazonas e SUDAM, passaram a entender que o maior problema da juteicultura era a questão da mecanização. A baixa produtividade da mão-de-obra, frente ao aumento no custo e do trabalho essencialmente desumano e com limitações de prazos cruciais na época da enchente, fizeram crer que a solução era a descorticação mecânica. Nesse sentido propugnava-se pela mudança imediata da função de produção, via desenvolvimento de novas tecnologias visando aumentar a produtividade e viabilizar o processo de descorticação mecânica.

A criação do IFIBRAM, em 24 de outubro de 1974, reunindo os interesses de 27 indústrias de aniagem, tinha por objetivo aumentar a produção de juta e malva, em face da mudança da perspectiva dos sintéticos com a crise do petróleo. Baseado em esparsas experiências realizadas com alguns protótipos de descorticeiras, entendeu que o problema principal da juteicultura era a baixa produtividade da mão-de-obra. Com isso, no seu programa de trabalho inicial, lançou-se a uma utópica idéia de financiar mais de 4.800 descorticeiras para os produtores de juta e malva. O IFIBRAM teve sucesso, contudo, no que se refere a um programa de produção de sementes de malva em Capitão Poço e em Manacapuru, que foi amplamente distribuído nas várzeas do Estado do Amazonas. A produção de malva nas áreas de várzeas teve grande incremento, sendo necessário posteriormente promover a adaptação dos teares, que utilizavam uma mistura igualitária de juta e malva para uma maior concentração deste último, pelos técnicos irlandeses, que dominam essa tecnologia.

Um fato a destacar é a posição da FAO com relação à juta. Esta instituição, talvez preocupada com o grande contingente de produtores na Índia e Bangladesh, sempre teve uma atitude positiva quanto ao futuro da juteicultura. Seus técnicos, apoiando-se nas diversas instituições de pesquisa, principalmente da Índia, como a Jute Agricultural Research Institute, entendem que a fibra de juta pode ter um extenso uso, ampliando, dessa forma, seu mercado no futuro e por ter a vantagem de ser um material biodegradável. A utilização não deve ficar restrita apenas à fibra para a produção de aniagem, mas para tecidos, óleo a partir de sementes, talos de juta para fabricação de celulose, entre inúmeras outras finalidades.

A crise na oferta de fibra de juta e malva, a despeito dos esforços do IFIBRAM, os industriais levaram o governo a autorizar as importações de fibra de juta, a partir de 1970, na modalidade de "draw back". Durante o Governo Collor, com a retirada de restrições a importações de sacarias, telas e fios de juta, este sem dúvida passou a constituir no caminho mais racional para as indústrias de aniagem. A conspiração do desinteresse dos produtores pelos baixos preços auferidos e das facilidades de se obter este produto via importação, a preços mais reduzidos e fibra de melhor qualidade, terminaram por conduzir as culturas da juta e malva ao completo abandono.

## 8-TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS NO SISTEMA JUTA E MALVA NA AMAZÔNIA

A trajetória das culturas da juta e malva na Amazônia foi marcada também pelas transformações de diversas instituições da sociedade civil e pública. A atenção e o interesse do setor público foram diretamente proporcionais quanto à importância econômica. Como resultado dessas transformações, estas instituições caracterizaram pelo seu caráter cíclico com relação a essas duas atividades, tendo um apogeu e finalmente o declínio. A competição com outras alternativas econômicas reduzindo a sua importância absoluta e relativa, do desenvolvimento de propostas utópicas ou alheias a realidade que se procurava solucionar ou mesmo a resolução do problema, provocaram o esvaziamento institucional a que foram destinados.

Nos primórdios da introdução, a CIA foi importante para a expansão da jaticultura. Tendo conseguido o privilégio de proceder a classificação oficial e a prensagem da juta, mediante Ato 3.869 de 24 de março de 1941, assinado pelo Interventor Federal Álvaro Maia, despertou ciúmes entre empresários brasileiros pela perda de oportunidade do ganho do excedente econômico, a exemplo do lucrativo sistema de aviação no auge da extração de borracha. Em 1942, a CIA mantinha postos de classificação de juta em Manaus, Itacoatiara e Vila Amazônia (Parintins). Era a maior financiadora e compradora de juta, mantinha um campo de produção de sementes em colaboração com o Ministério da Agricultura e de inúmeras benfeitorias, como o Hospital Amazônia. Com o rompimento das relações com a Alemanha, Itália e Japão, em 28 de janeiro de 1942, a execução dos serviços de classificação da juta passou a ser competência privativa do Estado do Amazonas através do Decreto Lei 778, de 10 de março de 1942 e que levou posteriormente ao confisco dos bens e dos direitos da CIA.

A Associação Comercial do Amazonas teve destacado papel no processo de expansão da juta, sobretudo na disseminação das sementes entre os agricultores brasileiros e das pressões políticas que efetuou, como por exemplo, durante a visita do Presidente Vargas, a Manaus, quando proferiu o famoso Discurso do Rio Amazonas, em 1940. As reivindicações, naquela época colocavam a juta como nova cultura emergente na Amazônia, daí a necessidade do apoio do Governo Federal na produção de sementes como um dos itens básicos, bem como transportes, classificação, entre outros. Posteriormente, a postura tanto da Associação Comercial do Amazonas como do Pará, foram mais no sentido de resguardar os interesses econômicos e sociais das culturas da juta e malva.

O conjunto de pressões relacionados com a produção de sementes que constituía na principal limitação para a expansão da jaticultura, bem como da qualidade das sementes com a proliferação de "jutinhas", em face do abandono dos japoneses durante o período da II Guerra Mundial e da baixa germinação, levaram a entrada do IAN em 1948, para a produção de sementes em Alenquer e Monte Alegre. Estas propostas foram amplamente discutidas por ocasião da II Conferência Nacional de Juta e Fibras Similares, realizada em 1947, em São Paulo, que contou com a presença do Ministro da Agricultura Daniel de Carvalho. A presença do IAN e de sua sucessora, o IPEAN, terminou em 1965, onde a figura polêmica do seu diretor Felisberto Camargo teve destacado papel nos destinos da jaticultura na Amazônia. As pesquisas com a juta tiveram seu auge durante o período do IPEAN, tendo retomado na década de 70, com o CPATU, no programa de melhoramento de malva, armazenamento de sementes e as tentativas com vistas a descorticação mecânica. Outro esforço verificado, foi a elaboração de sistemas de produção, durante a década de 70, acompanhando o modismo que caracterizou a fase inicial da implantação da EMBRAPA no país. A perda da importância econômica e social da juta e da malva trouxe como consequência a não-importância das pesquisas com estas duas culturas e do novo enfoque internacional sobre a Amazônia, mais preocupada com a proteção das florestas.

A SPVEA e a SUDAM na fase inicial, passaram a enfatizar a importância da agricultura para a Amazônia e o extrativismo vegetal como entrave para o desenvolvimento. Dentro dessa ótica é que a jaticultura passou a ser considerada, enfatizando a necessidade da mudança da função de produção, procurando aumentar a produtividade da terra, da mão-

de-obra e da industrialização local. Deve-se destacar inúmeros estudos técnicos realizados, em especial relacionado com os perigos da competição dos sintéticos e principalmente do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pelo Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, pelo Decreto 62.140 de 17 de janeiro de 1968. Composto por um representante da SUDAM, BASA, Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, Ministério dos Transportes, Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e Comércio, BNDE e Banco do Brasil, com a presidência do primeiro. Pode-se afirmar que as recomendações constituíam o ideal impossível de ser efetivado na prática, por falta de recursos financeiros, técnicos e da importância relativa dessa atividade.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (CODEAMA), criada pela Lei 102, de 17 de dezembro de 1964 e que teve como seu primeiro presidente, o historiador Arthur César de Ferreira Reis, se caracterizou pela realização de diversos estudos de natureza econômica sobre a juta durante a década de 60. Em 1970, reuniu um grupo de dez instituições e elaborou um extenso relatório intitulado “Medidas Propostas para a Solução dos Problemas da Juta no Amazonas”. A preocupação deste Relatório está em parte relacionada com a incapacidade da resolução dos problemas identificados pelo Grupo de Trabalho do Decreto 62.140, que como o anterior, não teve também reflexos práticos maiores.

A criação da ACAR-Amazonas em 1966 e o seu auge de atuação no Governo João Valter, no período 1971/74, com a vinda maciça de técnicos formados pela Universidade Federal de Viçosa, deram novo enfoque para a agricultura. No caso da juta, foi enfatizada a extensão rural, apoio a cooperativas, domínio na distribuição de sementes via Secretaria de Produção Rural, ênfase no crédito rural e realização de levantamentos de campo. Com o tempo, a incapacidade de promover inovações tecnológicas na cultura da juta, bem como da ausência quase absoluta de tecnologia passível de ser transferida, da gradativa mudança dos técnicos para fora do Estado, da crise da extensão rural e das transformações econômicas e sociais, principalmente com a criação da Zona Franca de Manaus, terminaram reduzido a sua importância.

A fundação do IFIBRAM em 1974, que representava como uma das antigas reivindicações visando a criação de um Instituto da Juta, semelhante ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ou do Instituto Brasileiro do Café (IBC), sempre motivaram os políticos dos Estados do Amazonas e Pará. O seu primeiro presidente, o empresário Oziel Carneiro, procurou dar novo alento à produção de fibras de juta e malva. A ênfase que o IFIBRAM procurou aperfeiçoar o processo de descorticação mecânica, efetuando convênios com o IPT, CPATU, IAC e Universidade de Taubaté, foi louvável, mesmo sem ter alcançado estes objetivos. Duas décadas depois da criação, pode-se afirmar que o IFIBRAM foi importante no seu esforço de tentar definir uma política global para a produção de fibras de juta e malva para a Amazônia, sem contudo ter alcançado o objetivo pelo qual foi criado. É bem provável, que sem o IFIBRAM, o colapso da produção de fibras na Amazônia teria ocorrido mais precocemente.

A Comissão de Financiamento da Produção (CFP), que teve grande influência na política agrícola nacional durante as décadas de 70 e 80, estimulou fortemente a produção de fibras e de sementes de juta e malva. Apesar da produção de fibras de juta e malva já

estarem apresentando os primeiros sinais de estagnação, a participação da CFP em conjunto com o IFIBRAM conseguiu manter a vinculação com as instituições do setor público agrícola, como as EMATERs do Pará e Amazonas, CPATU, Secretarias de Agricultura, entre os principais.

Na década de 90, as únicas tentativas oficiais prendem-se apenas ao esforço realizado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, quando em fevereiro de 1993, elaborou o documento intitulado "Tecnologias de Produção e Beneficiamento de Fibras Naturais". As propostas do documento, pela ausência de avaliação mais profunda e do desconhecimento das transformações que ocorreram no setor de fibras na Amazônia, caíram no saudosismo e na elaboração de propostas semelhantes a que a FAO sempre defendeu. Entre os extremos, situam-se a utilização de fibras para tecelagem voltada para vestuário, descorticação mecânica, uso da irrigação controlada, dentre os principais. No bojo dessas idéias, houve o protótipo de carro construído com fibra de juta, em 1994, pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, que passou a ser colocada como nova possibilidade de emprego da fibra.

## 9-CONCLUSÕES

A crise da juta e malva está relacionada com a gradativa perda de rentabilidade para os produtores, numa complexa conjunção de fatores. Uma cultura altamente intensiva em mão-de-obra, quando estes começam a ter seus custos mais elevados, perde a viabilidade se não for possível intensificar a produção. Este mesmo fenômeno está acontecendo com o extrativismo da seringueira e da extração do coco babaçu e, deve ocorrer no futuro com outros produtos extrativos.

O declínio de uma atividade econômica não está restrita somente a um produto extrativo, mas que pode acontecer para qualquer produto agrícola, desde que as condições de mercado, pragas e doenças, a incapacidade de evoluir tecnologicamente, entre outros, conspiram para elevar o custo de produção.

O desaparecimento da lavoura da juta constituiu-se, portanto, numa convergência de diversas crises paralelas. A dificuldade quanto ao acesso de produção de sementes de juta, em época apropriada, promoveu a entrada da malva nas várzeas do rio Amazonas, levando na competição de área e sua completa substituição. Ressalta-se que a economia da produção de malva não está imune aos problemas econômicos e sociais da produção de fibra de juta. Houve uma transferência do conjunto dessas limitações de uma cultura para outra, apresentando os mesmos riscos de destino semelhantes.

A introdução da juta pelos japoneses, contrapõe com a transferência de sementes de seringueira da Amazônia. Os ingleses levaram as sementes de seringueira da Amazônia para suas possessões no sudeste asiático e os japoneses trouxeram das possessões inglesas a juta e a pimenta-do-reino. No balanço econômico a perda foi muito maior para a Amazônia. Numa época em que a discussão da biodiversidade da Amazônia constitui-se no foco de atenção, a experiência da introdução de juta e pimenta-do-reino trouxeram duas importantes lições. A primeira é que os "caçadores de recursos genéticos" associados com os "melhoristas de plantas" sempre estiveram presentes na Amazônia. O progresso

tecnológico tende a mudar para “caçadores de genes”, que associados com “biotecnólogos”, viabilizados por pesados investimentos em pesquisa, fizeram com que os benefícios destes recursos genéticos fossem daqueles que conseguiram deter a tecnologia e marcar o pioneirismo.

O desaparecimento da produção da juta e do seu substituto, a malva, parece afetar mais os setores que conseguiam apropriar o excedente econômico do processo de comercialização e de beneficiamento do que o produtor em si. Estes parecem que conseguiram se adaptar às crises, mudando para outras localidades, atividades ou adaptando-se a novas situações. Este mesmo fenômeno parece ser equivalente ao dos seringueiros, onde a preocupação da manutenção do extrativismo da seringueira tem uma conotação ambiental dos países desenvolvidos do que a preocupação quanto a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Por se tratar de uma cultura anual, os “ativos fixos” não constituíram restrições para a difusão do plantio domesticado de malva. O aspecto crucial do sucesso da domesticação deve-se, essencialmente, à lucratividade derivada do aumento na produtividade e da redução dos riscos e limitações inerentes à lavoura da juta.

A expansão das culturas da juta e malva, mostra por outro lado a grande capacidade de resposta à produção, quando incentivos de preços e de mercados tornam-se visíveis aos produtores. Nesse sentido, desde que sejam sinalizados preços estimulantes para a fibra e semente de malva, tornando-se competitivas com as atividades alternativas dos pequenos produtores, é possível reativar novamente esta cultura, induzindo a um novo ciclo, desta vez exclusivamente com a malva. Uma consequência imediata, seria por exemplo, a de transformar novamente o município de Capitão Poço, em um polo produtor de sementes de malva para serem distribuídas nas várzeas do rio Amazonas. As possibilidades são contudo bastante remotas.

O cenário de perigo em colocar a indústria nacional de aniagem sob completa dependência de importações foi percebida tardiamente pelo setor empresarial. As transformações econômicas e sociais e a maximização da apropriação do excedente econômico dos produtores de fibra pelo setor empresarial, terminaram levando ao colapso da produção. Percebe-se agora, que mesmo numa perspectiva da globalização da economia, a garantia de um fluxo de fibra de juta importada apresenta riscos inerentes à conjuntura dos países produtores e da característica de produtos agrícolas.

## 10-AGRADECIMENTOS

O autor manifesta seus agradecimentos ao Dr. Arlindo de Oliveira Leão, Secretário-Executivo do IFIBRAM, pela cessão de dados recentes e informações, que proporcionaram esta análise. Ressalta-se que os comentários e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

## 11-BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BENCHIMOL, S. *Amazônia- um pouco-antes e além-depois*. Manaus, Editora Umberto Calderaro, 1977. 841p. (Coleção Amazoniana, 1).
- BONFIM, R.F.S. *As fibras sintéticas e o futuro da economia da juta*. Rio de Janeiro, SUDAM, 1968. 80p.
- BORBA, M.A. Juta: a vida e o sonho no meio do rio. *Opinião*, Rio de Janeiro , 5 dez. 1975. p. 5.
- BRAGA, O. S. *Cultura e beneficiamento da juta*. Rio de Janeiro, SIA, 1952. 45p.
- BUNKER, S. G. Os programas de crédito e a desintegração não-intencional das economias extrativas de exportação no Médio Amazonas do Pará. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12 (1): 231-60, abr. 1982.
- CODEAMA. *A cultura da juta e sua mecanização*. Manaus, 1966. 13p. (Estudos Específicos, ano 2, n 10).
- CODEAMA. *Medidas propostas para a solução dos problemas da juta no Amazonas*. Manaus, 1970. 45p. (Estudos Específicos, Ano 5, n 4o).
- COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO. Relatório anual da CFP-1978. Brasília, 1979. 543p.
- CONVENÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA DA JUTA E DEMAIS FIBRAS CONGENERES INDUSTRIALIZÁVEIS. São Paulo, Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo, 1947. 192p.
- COSTA, J.M.M. Efeitos de retrocesso e propulsão: o caso do complexo agroindustrial de fibras vegetais da Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA , 12. *Anais...* São Paulo, ANPEC, 1984. v.2. p. 1121-1155.
- DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÔMICO PRELIMINAR DA JUTA NA AMAZÔNIA. Manaus, CODEAMA, 1966. 18p. ( Estudos Específicos, ano 2, n 14).
- FARIAS, E. & MIWA, J.H. *Manacapuru, um provável celeiro de juta*. Manaus, CODEAMA, 1965. 8p. ( Estudos Específicos, ano 1, n 10).
- FARIAS, E. *Comercialização da juta na Amazônia*. Belém, SUDAM. 1963. 13p.
- FARIAS, E. *Produção da juta na Amazônia*. Belém, SUDAM, 1968. 21p.
- FERREIRA FILHO, C. *A Amazônia em novas dimensões*. Rio de Janeiro, Conquista, 1961. 271p.
- FRAZÃO, D.A.C.; HOMMA, A.K.O.; FIGUEIREDO, F.J.C.; ANDRADE, E.B. *Análise econômica de sistemas de produção de sementes de juta e milho no Município de Alenquer, Pará*. Belém, CPATU, 1980. 14p. (EMBRAPA-CPATU. Boletim de Pesquisa, 5)

- GENTIL, J.M.L. A juta na agricultura de várzea na área de Santarém-Médio Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, sér. Antropologia, 4(2): 118-199, dez. 1988.
- GRANATO, L. *A cultura da juta em São Paulo*. São Paulo, Secretaria de agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1923. 15p.
- GUSHIKEN, M.T. Juta/malva. In: COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO Preços mínimos: estudos técnicos. Safra 1987/88. Brasília, 1988. p.165-168.
- HOMMA, A.K.O. Juta fora da Amazônia. *Correio Agropecuário*. São Paulo, Companhia Editora Joruês, 9(156):6,out. 1969
- HOMMA, A.K.O. Juta, hora certa de preço. *Correio Agropecuário*. São Paulo, Companhia Editora Joruês, 11:8. 1ª quinzena de mar. 1971.
- HOMMA, A.K.O. A juta não está bastando. *Correio Agropecuário*. São Paulo, Companhia Editora Joruês, 10(170):10 dez. 1970.
- HOMMA, A.K.O. Malva é riqueza no Pará. *Correio Agropecuário*. São Paulo, Companhia Editora Joruês, 9(159):6,jan. 1970
- HOMMA, A.K.O.; SANTOS, W.C.; MONTEIRO, L.F.; CORREA, M.P.F. *Bibliografia brasileira de juta*. Manaus, IPEAAOc, 1973. 28p
- HOMMA, A.K.O. & REIS, A.S. *Análise do comportamento dos preços da fibra de juta no mercado internacional*. Belém, CPATU, 1978. 12p. (Comunicado Técnico, 7)
- HOMMA, A.K.O. *Estrutura de produção de malva no nordeste paraense*. Belém, EMBRAPA/CPATU, 1980. 30p. (EMBRAPA-CPATU. Circular Técnica, 8).
- HOMMA, A.K.O. *A extração de recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia*. Viçosa, UFV, 1989. 575p. (Tese Doutorado).
- IFIBRAM. *Programa de tecnologia para as culturas de juta e malva 1975-79*. Belém, 1975. 105p.
- IFIBRAM. *Sistema juta/malva*. Belém, 1977. 35p.
- IPEAAOC. *Relatório de estudo de viabilidade técnico-econômica para produção de sementes de juta no Estado do Amazonas*. Manaus, 1973. 18p.
- JUNQUEIRA, M.R.A. *Desarrollo y perspectivas de la estructura economica del yute en Amazonas*. Bogotá, IICA, 1972. 208p. (Tese Mestrado).
- Juta e fibras similares. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUTA E FIBRAS SIMILARES. 3. *Anais...* Belém, Associação Comercial do Amazonas / Associação Comercial do Pará. 1952.
- KITAMURA, P.C.; HOMMA, A.K.O.; FLOHRSCHUTZ, G.H.H.; SANTOS, A.I.M. *A pequena agricultura no nordeste paraense*. Belém, CPATU, 1983. 40p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 22)
- LIBONATI, V. F. A juta na Amazônia. *Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Norte*, 34: 1-83, 1958.

- LIBONATI, V. F. Pesquisas com plantas têxteis liberianas na Amazônia. *Boletim FCAP*, Belém, 7: 1-37, ago. 1975.
- LIMA, V. *A juta como riqueza econômica da Amazônia*. Manaus, Imprensa Pública, 1938. 85p.
- McGRATH, D.G.; CALABRIA, J.; AMARAL, B.; FUTEMA, C.; CASTRO, F. *Varzeiros, geleiros e o manejo de recursos naturais na várzea do Baixo Amazonas*. Belém, NAEA, 1991. (Paper, 4).
- MIYAZAKI, N. & ONO, M. O aviamento na Amazônia. *Sociologia*, São Paulo, 20(3): 336-96, ago. 1958. 20(4): 530-63, out. 1958.
- MONTEIRO, L.F. ; HOMMA, A.K.O. ; SOUZA, N. A. *Considerações sobre a produção de sementes de juta; seu centro produtor na Amazônia*. Manaus, IPEAAOc, 1973. 49p. (Circular, 7).
- MONTEIRO, S. T. *Anotações para uma história rural do Médio Amazonas*. Manaus, EMATER-Amazonas, 1981. 98p.
- NASCIMENTO, C. & HOMMA, A. *Amazônia: meio ambiente e tecnologia agrícola*. Belém, CPATU, 1984.282p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 27).
- PENTEADO, A.R. *Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará*. Belém, UFPa, 1967. v. I e II. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).
- PINTO, E.R.M. *Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas*. Porto Alegre, UFRGS, 1982. 187p. (Tese Mestrado).
- PINTO, J.M. *Aspectos econômicos da juta na Amazônia*. Manaus, INPA, 1966. 71p. (Cadernos da Amazônia, 7).
- POETZCHER, J. *A juta no Brasil e no mercado mundial*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940. 143p.
- PROTZMAN, C.M. The new jute-production industry of Brazil. *Foreign Agriculture*. Washington, 9(4): 55-64, Apr. 1945.
- RIBEIRO, O. C. *Cultura da juta*. Manaus, ACAR-Am, 1970. 30p.
- RIBEIRO, O. C. *Levantamento de dados sobre a exploração da juta nas regiões de Manacapuru, Itacoatiara e Parintins*. Manaus, ACAR-Am, 1970. 27p.
- SAWYER, D. R. *Peasants and capitalism on an Amazon frontier*. Cambridge, Harvard University, 1979. 274p. (Ph.D. Thesis).
- SILVA, J.S. *Science and the changing nature of the struggle over plant genetic resource: from plant hunters to plant crafters*. Lexington, University of Kentucky, 1989. 375p. (Tese Doutorado).

- SOARES, L.P. & LIBONATI, V.F. Problemas atuais da jucicultura amazônica. *Boletim Técnico do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Norte*, Belém, 1: 1-6, 1966.
- SPVEA. *Primeiro Plano Quinquenal*. Rio de Janeiro, 1955. 400p.v.1.
- SUDAM. Departamento de Planejamento Econômico. Relatório grupo de trabalho criado pelo Decreto 62.140, para estudar e propor medidas tendentes à racionalização da produção de fibra de juta na Amazônia. Belém, 1968. 51p.
- THURY, A. *A juta amazonense e seus problemas*. Manaus, Diretoria do Serviço de Fomento Agrícola, 1946. 13p.
- THURY, A. *Memorial*. Manaus, Escola Agrônômica de Manaus, 1938. 16p.
- UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. *Programa de implantação de culturas produtoras de fibras textéis para a região do Vale do Paraíba-SP*. Taubaté, 1985. 39p.
- VALOIS, A. C. C. & HOMMA, A. K. O. *Análise econômica da descorticação mecânica na cultura da juta (Protótipo Iseki-Mitsui)*. Manaus, IPEAAOc, 1972. 41p. (Boletim Técnico, 2).
- VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA-Subsídios para seu planejamento. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1954. 476p.
- VALVERDE, O. & DIAS, C.V. *A rodovia Belém-Brasília*. Rio de Janeiro, IBGE, 1967. 350p. (Série A. Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação 22).